

Vila do Conde. O Governo Federal planejava oferecer mais uma área no leilão de terminais portuários de hoje. Trata-se de um lote no Porto de Vila do Conde, no Pará. Mas o terreno não recebeu qualquer oferta, sendo retirado na última segunda-feira da sessão.

portomar@atribuna.com.br

Porto & Mar

CARLOS NOGUEIRA

Terminais leiloados hoje vão priorizar ferrovias

Disputa pelas áreas ocorrerá na Bovespa

FERNANDA BALBINO

DA REDAÇÃO

Os três terminais do Porto de Santos que serão licitados hoje, pelo Governo Federal, deverão implantar novos ramais ferroviários e operar com equipamentos que garantam o transporte de mercadorias por trens. A ideia é assegurar o acesso de vagões às instalações para que este seja o modal predominante nas futuras operações, que deverão ser iniciadas em até quatro anos.

O leilão das três áreas dos cais santista será realizado às 10 horas, na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), na Capital. A sessão será acompanhada pelos ministros Helder Barbalho (Portos) e Nelson Barbosa (Planejamento) e pelo diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Mário Povia.

Essas serão as primeiras concessões portuárias que a União realizará com base no novo marco regulatório do setor, a Lei 12.815, de 2013. A previsão do Governo é que as licitações rendam R\$ 640 milhões aos cofres do Tesouro Nacional, com o pagamento das outorgas. Além disso, há a expectativa de que os novos arrendatários invistam R\$ 1,5 bilhão nas instalações.

Dos três lotes que serão leiloados nesta manhã, o primeiro, o STS04, visa o arrendamento de área e infraestrutura para movimentação e armazenagem de grãos sólidos de origem vegetal, no Corredor de Exportação, que fica na Ponta da Praia, em Santos. O terreno total do empreendimento tem aproximadamente 46,8 mil metros quadrados, divididos em duas áreas. Uma tem 30,7 mil metros quadrados e outra, 16,1 mil metros quadrados, onde serão implantados os equipamentos e as edificações para operações de recepção das cargas.

A empresa vencedora do leilão deverá garantir a movimentação anual mínima de 3,9 mi-

Programa

3

áreas

do Porto de Santos serão leiloadas nesta manhã

lhões de toneladas a partir do terceiro ano de vigência do contrato, passando para 4 milhões no quarto ano e para 4,1 milhões a partir do quinto ano.

O futuro arrendatário também deverá substituir o sistema de embarque de grãos vegetais implantado no berço do cais do Armazém 38, que é composto por dois carregadores de navios sobre trilhos e esteiras. A nova estrutura deverá ter capacidade para embarcar, no mínimo, 3 mil toneladas por hora. O projeto ainda prevê um sistema de armazenagem com capacidade estática total agregada de, pelo menos, 285 mil toneladas. Além disso, a nova arrendatária deverá implantar novas estações de recepção ferroviária, além de manter e ampliar ramais para descarga dos trens.

CELULOSE

Os outros dois lotes licitados hoje serão destinados à movimentação de papel e celulose no cais santista. Um deles, o STS36, fica no Paquetá e abrange uma área de, aproximadamente, 22.500 metros quadrados. Já o outro, o STS07, fica no Macuco e tem cerca de 33 mil metros quadrados, divididos entre uma área de 20,9 mil metros quadrados e outra com 12,1 metros quadrados.

O projeto do Paquetá inclui a região dos armazéns 9, 10, 11, o pátio do Armazém 12 e trecho do cais adjacente a essas instalações. A futura instalação deverá ter capacidade de armazenar 69 mil toneladas de cargas.



Armazém XLII (42 externo) é uma das instalações que integram o lote a ser licitado no Corredor de Exportação, na Margem Direita do Porto

Os projetos e investimentos deverão considerar, no mínimo, a atracação de uma embarcação tipo Handymax, com comprimento de 165 metros, boca (largura) de 28 metros e calado de 11 metros. Também está prevista a expansão do cais da unidade.

Já no Macuco, a vencedora do leilão deverá garantir armazenagem para 75 mil toneladas de mercadorias. Também estão previstos equipamentos de movimentação e transbordo de cargas para vagões ferroviários, caminhões e áreas de estocagem. A arrendatária deverá garantir uma movimentação anual mínima de 1,6 milhão de toneladas, cinco anos após assumir as áreas.

CRITÉRIOS

Poderão participar do leilão pessoas jurídicas brasileiras ou estrangeiras, entidades de previdência complementar e fundos de investimento, isoladamente ou em consórcio. Conforme o edital de licitação, vence a proposta com maior valor de outorga (lance para conquistar a concessão).

Caso um ou mais arrendamentos recebam duas ou mais propostas, será realizado o leilão à viva-voz. Participam da sessão oral as empresas classificadas entre as três maiores ofertas pelo arrendamento ou ainda aquelas cujo valor da oferta seja igual ou superior a 90% do valor de outorga da maior oferta.

ABTP destaca insegurança jurídica

Análise



“A intervenção exagerada do Governo, o modelo adotado e a insegurança afastaram os investidores”

Wilen Manteli, presidente da ABTP

■ A suspensão do leilão do terminal de Vila do Conde, no Pará, por falta de interesse da iniciativa privada pelo arrendamento da área, é uma demonstração clara de como a crise econômica, a insegurança jurídica e a deficiência do modelo de concessão adotado pelo Governo Federal podem afastar investidores do setor. A opinião é do presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Wilen Manteli.

Apesar de ser considerada estratégica para o escoamento da produção agrícola da região Centro-Oeste, a área no porto paraense não recebeu propostas de exploração. O prazo para a apresentação de lances se esgotou na última segunda-feira. “Recebi com surpresa essa informação da falta de interesse pela área de Vila do Conde. É uma área nobre, importantíssima, próxima da Europa e isso garantiria um frete baixo. Mas a intervenção exagerada do Governo, o modelo adotado e a insegurança afastaram os investidores”, destacou o presidente da ABTP.

O lote VDC29 é uma área que ainda não foi ocupada. Tem 56.850 metros quadrados e é destinado à movimentação de grãos sólidos vegetais.

Conforme o edital, é exigida, no sexto ano da concessão, uma movimentação mínima de 2,4 milhões de toneladas e, a partir do sétimo ano, 2,6 mi-

lhões de toneladas.

De acordo com o presidente da ABTP, as condições financeiras destacadas no edital de licitação são os fatores que podem ter afastado os investidores. “Os riscos que os empresários terão que assumir, a mudança de arrendamento de área para atividade. É claro que é um erro tratar como serviço público uma atividade de interesse econômico, como é a atividade portuária”, explicou Manteli.

Apesar destas questões, o presidente da ABTP acredita que as três áreas do Porto de Santos, que serão licitadas hoje, receberão boas propostas. “Santos tem demanda, apesar de problemas de infraestrutura e burocracia. O setor de celulose está crescendo e o granel também. A minha expectativa é de que, efetivamente, apareçam propostas de empresas sérias para atender a esta demanda”, disse.

SEM COMENTÁRIOS

Procuradas, a Secretaria de Portos (SEP) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) não se posicionaram sobre o adiamento do terminal paraense até o fechamento desta edição.